

EXERCÍCIO DE DIREITOS PELO TITULAR DE DADOS PESSOAIS

INSTRUÇÕES:

1) Deverá ser anexada ao Formulário **cópia do comprovante de identidade do titular**, sendo aceitos como documentos de identificação oficial: Cédula de Identidade expedida pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar ou pelo Ministério das Relações Exteriores, ou Cédulas de Identidade fornecidas por Ordens ou Conselhos de Classe, tais como CRM, OAB, ou Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou Carteira Nacional de Habilitação, devendo o respectivo documento possuir foto do requisitante.

⚠ Caso o documento de identificação não seja anexado ao Formulário, a Serventia poderá solicitar informações adicionais ao titular a fim de identificá-lo e atender à demanda.

2) Caso esteja o titular representado por procurador ou representante legal, deve ser anexado ao pedido, além de cópia do comprovante de identidade do titular, cópia do comprovante de identidade do procurador ou do representante legal, bem como o instrumento legal de representação ou a prova de representação parental.

3) O Cartório poderá entrar em contato com o titular dos dados pessoais para obtenção de prova de autorização da procuração expedida.

4) Para as solicitações de que tratam os itens 1 e 2 do Formulário, a resposta poderá ser imediata, se em formato simplificado ou verbal, ou em até 15 (quinze) dias, por meio de declaração escrita.

5) Para as solicitações de que tratam os itens 3 a 9 do Formulário, a resposta se dará em 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período.

6) Os prazos começam a contar somente a partir do momento em que a Serventia tiver as informações suficientes para atendimento do pleito, da verificação de autenticidade do titular dos dados pessoais e, quando este estiver representado, também do seu procurador ou representante legal.

7) Para que o pedido seja processado com rapidez e eficiência, este deve ser o mais específico possível a respeito dos dados pessoais envolvidos na solicitação. Por isso, inclua nomes, datas, documentos ou qualquer outra informação que viabilize a localização dos seus dados pessoais e viabilização do requerimento formulado.

- 8) O Cartório poderá negar, de imediato, a resposta ao requerido no Formulário:
- a) tratar-se de pedido em que não é possível identificar a identidade do solicitante;
 - b) tratar-se de pedido repetitivo, formulado em curtos espaços de tempo, sem que haja fato novo que justifique nova solicitação;
 - c) tratar-se de pedido cujo atendimento ou resposta seja comprovadamente impossível ou implique esforço desproporcional.
- 9) Se alguma informação ao qual o titular pretende ter acesso revelar dados pessoais de terceiro, estes serão devidamente removidos ou anonimizados e, na sua impossibilidade, o Cartório contatará o terceiro envolvido para obtenção do seu consentimento para execução do pedido. Caso não seja a Serventia capaz de fornecer acesso aos dados do titular em razão da possibilidade de violação de direitos e liberdades de terceiros, o requerente será notificado quanto à decisão do Cartório.
- 10) Os dados coletados no presente Formulário objetivam viabilizar o exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e a verificação da autenticidade do solicitante, de acordo com o Art. 7º, II da Lei nº 13.709/2018.
- 11) O Formulário, juntamente com a documentação necessária para atendimento do pedido, deverão ser encaminhados ao e-mail do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais: **lgpd@protestopousoalegre.com.br** ou para o endereço físico do Cartório: Rua Adolfo Olinto, 59, 1º andar – Centro Pouso Alegre - Minas Gerais - CEP: 37.550-118.
- 12) Dados do Registro Público de Protestos sujeitam-se às disposições da legislação registral aplicável, que vinculam o direito de acesso às informações constantes nos arquivos do cartório ao pagamento dos emolumentos devidos, nos termos do Art. 14 da Lei nº 6.015/93 (Lei de Registros Públicos) e Art 30, inciso VIII, da Lei nº 8.935/94 (Lei dos Notários e Registradores).
- 13) Dados do Registro Público de Protestos não poderão ser eliminados dos arquivos do cartório por constituírem dados tornados manifestamente públicos pelo titular, considerando a própria publicidade que se espera dos serviços notariais e registrais para a constituição de direitos, aos quais se dispensa a coleta de consentimento (Art. 7º, §4º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais c/c Art. 1º da Lei de Registros Públicos).

FORMULÁRIO DE EXERCÍCIO DE DIREITOS PELO TITULAR DE DADOS PESSOAIS

INFORMAÇÕES DO TITULAR	
Nome:	
CPF:	RG:
Telefone:	E-mail:
Endereço:	
INFORMAÇÕES DO PROCURADOR (se houver)	
Nome:	
CPF:	RG:
Telefone:	E-mail:
Endereço:	

Como gostaria de receber a resposta quanto ao resultado da solicitação:	
<input type="checkbox"/> E-mail:	
<input type="checkbox"/> Telefone:	
<input type="checkbox"/> Carta:	
<input type="checkbox"/> Outro / Especificar:	
O canal de contato assinalado acima pertence ao:	
<input type="checkbox"/> Titular <input type="checkbox"/> Procurador ou representante legal	
Declaro sob as penas da lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que todas as informações prestadas neste formulário são verdadeiras e que as cópias dos documentos anexados são autênticos e condizem com o documento original.	
Município:	UF:
Data:	Assinatura:

ESPECIFICAÇÃO DO TITULAR

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Empregado do Tabelionato de Protesto | <input type="checkbox"/> Prestador de serviço |
| <input type="checkbox"/> Candidato a trabalho | <input type="checkbox"/> Colaborador externo |
| <input type="checkbox"/> Usuário do Tabelionato de Protesto | <input type="checkbox"/> Outro, especificar: |

QUAL DIREITO PRETENDE SER EXERCIDO PELO TITULAR

- 1)** Confirmar a existência de tratamento de dados pessoais de sua titularidade pelo Cartório
- 2)** Ter acesso aos dados pessoais de sua titularidade tratados pelo Cartório e às finalidades do tratamento
- 3)** Solicitar a correção de dados pessoais de sua titularidade tratados pelo Cartório (a comprovação da incorreção deverá ser anexada ao Formulário).
- 4)** Solicitar anonimização, bloqueio ou eliminação de dados pessoais de sua titularidade tratados pelo Cartório
- 5)** Solicitar eliminação de dados pessoais de sua titularidade tratados pelo Cartório com o seu consentimento
- 6)** Realizar oposição ao tratamento de dados pessoais de sua titularidade realizado pelo Cartório sem o seu consentimento e em desconformidade com a Lei nº 13.709/2018
- 7)** Saber com quais entidades públicas e privadas a Serventia compartilha os dados pessoais de sua titularidade
- 8)** Ser informado quanto à possibilidade de não fornecer à Serventia o consentimento para tratamento de dados pessoais de sua titularidade, nos casos previstos em Lei, bem como as consequências da negativa
- 9)** Revogar o consentimento anteriormente fornecido para tratamento de dados pessoais de sua titularidade pelo Cartório

Especificação do pedido: